

FACULDADE DE DIREITO DA USP

EDITAL – CONCURSO PROFESSOR DOUTOR – 2 FASES

Edital FD nº 48/2024

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE 01 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR NO DEPARTAMENTO DE DIREITO COMERCIAL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação em sessão ordinária realizada em 23/05/2024, estarão abertas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com início às 10 horas (horário de Brasília) do dia 22/07/2024 e término às 18 horas (horário de Brasília) do dia 20/08/2024, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3-1, em Regime Turno Completo (RTC), claro/cargo nº 1245538, com o salário de R\$ 6.819,65 (maio/2024), junto ao Departamento de Direito Comercial, nos termos do art. 125, parágrafo 1º, do Regimento Geral da USP, e o respectivo programa que segue:

Programa

Direito Comercial

- 1) Propriedade intelectual e Acesso ao Conhecimento (DCO0220)**
- 2) Fundamentos e Princípios do Direito Empresarial (DCO0221)**
- 3) Propriedade Intelectual Aplicada: Função e Disfunção da Propriedade Intelectual em Estudos de Casos (DCO0222)**
- 4) Disciplina Jurídica do Mercado (DCO0223)**
- 5) Empresa e Direitos Humanos (DCO0224)**
- 6) Fundamentos de Microeconomia (DCO0225)**
- 7) Negociação em Direito Empresarial (DCO226)**
- 8) Contratos Empresariais (DCO0320)**
- 9) Concorrência e Mercado (DCO0321)**
- 10) Teoria Crítico Estruturalista do Direito Comercial – Visões Tradicionais e alternativas dos Institutos (DCO0322)**
- 11) Aplicação da Concorrência e Mercado (DCO0323)**
- 12) Solução de Conflitos entre Empresas (DCO0324)**
- 13) Comércio Eletrônico (DCO0325)**

- 14) Direito do Consumidor (DCO0326)
- 15) Direito Societário I (DCO0413)
- 16) Direito dos Seguros Privados e Gestão Atuarial (DCO0415)
- 17) Disciplina do Sistema Bancário (DCO0416)
- 18) Governança Corporativa (DCO0418)
- 19) Direito Societário II (DCO0420)
- 20) Direito Empresarial Público da Inovação e Acesso ao Conhecimento (DCO0424)
- 21) Direito Empresarial da Inovação (DCO0426)
- 22) A Estrutura da Governança Corporativa (DCO0428)
- 23) Direito Empresarial Global (DCO0503)
- 24) Direito Empresarial Público (DCO0504)
- 25) Direito da Empresa em Crise (DCO0505)
- 26) Fundamentos Jurídicos do Mercado de Capitais (DCO0506)
- 27) Tendências do Direito da Empresa em Crise (DCO0508)
- 28) Direito e Equidade de Gênero (0200120)

O concurso será regido pelos princípios constitucionais, notadamente o da impessoalidade, bem como pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento da Faculdade de Direito.

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao> no período acima indicado, devendo o candidato preencher os dados pessoais solicitados e anexar os seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital. Entregar 6 (seis) vias físicas somente do memorial sem comprovações, na Assistência Acadêmica, até a data final de inscrição do Concurso.

§ 1º - O memorial terá a forma de breve narrativa da trajetória acadêmica do candidato, com destaque para as cinco produções que julgar mais relevantes, acompanhado de elementos integrantes de seu currículo, apresentados esquematicamente como itens, conforme a subdivisão temática constante dos incisos do parágrafo 1º do art. 136 do Regimento Geral da USP, competindo à banca examinadora avaliar o atendimento ao presente dispositivo.

§ 2º - Para a arguição de memorial, além dos critérios indicados no art. 136 do Regimento Geral da USP, não deverão ser consideradas em desfavor do candidato eventuais licenças maternidade e paternidade e por motivo de saúde gozadas na carreira, conforme documentação comprobatória.

II – prova de que é portador do título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;

IV – certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada emitida pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições;

V – documento de identidade oficial.

VI - Projeto de pesquisa, a ser entregue no ato da inscrição, em 6 (seis) vias físicas

§ 1º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso. No caso de os trabalhos publicados não estarem em formato digital, deverá ser depositado em formato físico a via respectiva de sua entrada no memorial junto à Assistência Acadêmica até a data final de inscrição do concurso.

§ 2º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial *links* de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

§ 3º - Para fins do inciso II, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência no âmbito da Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato desde já ciente de que neste caso a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 4º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que tenham comprovado a devida quitação por ocasião de seu contrato inicial.

§ 5º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III e IV, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil.

§ 6º - O candidato estrangeiro aprovado no concurso e indicado para o preenchimento do cargo só poderá tomar posse se apresentar visto temporário ou permanente que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 7º - No ato da inscrição, os candidatos com deficiência deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

§ 8º - É de integral responsabilidade do candidato a realização do *upload* de cada um de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, ficando o candidato desde já ciente de que a realização de *upload* de documentos em ordem diversa da ali estabelecida implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 9º - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato desde já ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de *upload* de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida.

§ 10 - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso.

§ 11 - Havendo candidata regularmente inscrita, que comprove sua condição de gestante, esta terá direito a requerer, até a data de início das provas, a suspensão do concurso por até seis meses após o parto, admitindo-se uma única prorrogação por concurso.

§ 12 - No ato da inscrição, o candidato que se autodeclarar preto, pardo ou indígena manifestará seu interesse em participar da pontuação diferenciada prevista no item 11 e seus parágrafos deste Edital.

§ 13 - Para que faça jus à bonificação a candidatos autodeclarados pretos e pardos, o candidato deverá possuir traços fenotípicos que o caracterizem como negro, de cor preta ou parda.

§ 14 - A autodeclaração como preto ou pardo feita pelo candidato que manifestar seu interesse em participar da pontuação diferenciada será sujeita a confirmação por meio de banca de heteroidentificação.

§ 15 - Na hipótese de não confirmação da autodeclaração de pertença racial, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 16 - Para confirmação da autodeclaração do candidato indígena será exigido, no ato da inscrição, o Registro Administrativo de Nascimento do Índio - Rani próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio - Rani de um de seus genitores.

§ 17 - Situações excepcionais poderão ser avaliadas pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento, que poderá admitir a confirmação da autodeclaração do candidato como indígena por meio de, cumulativamente, memorial e declaração de pertencimento étnico subscreta por caciques, tuxauas, lideranças indígenas de comunidades, associações e/ou organizações representativas dos povos indígenas das respectivas regiões, sob as penas da Lei.

§ 18 - As normas vigentes para apresentação dos documentos referentes à autodeclaração como preto, pardo e indígena, bem como para sua confirmação, estão disponíveis no site da Secretaria Geral da USP (<https://secretaria.webhostusp.sti.usp.br/?p=12343>).

§ 19 - Para fins do inciso III, serão aceitos os documentos listados no art. 209 do Decreto Federal nº 57.654/1966, ficando dispensados de fazê-lo os candidatos do sexo masculino que tiverem completado 45 (quarenta e cinco) anos até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao período de abertura de inscrições.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação da Faculdade de Direito, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único – O concurso deverá realizar-se no prazo de trinta a cento e vinte dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado da aprovação das inscrições, de acordo com o artigo 134, parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

3. O concurso será realizado segundo critérios objetivos, em duas fases, por meio de atribuição de notas em provas, assim divididas:

1ª fase (eliminatória) – prova escrita – peso 3

2ª fase – I) julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 3

II) prova didática - peso 3

III) prova pública oral de arguição do projeto de pesquisa, que deverá obedecer ao que dispuser o Regimento da Faculdade de Direito no item IV do Art. 36 e art. 37, §§ 9 e 11, nos termos do Art. 138 do Regimento Geral da USP - peso 1

§ 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas.

§ 3º - Na avaliação das provas pela comissão julgadora, será considerada a finalidade externada para a criação da vaga (concessão do cargo docente) à qual se destina o presente concurso, disponível no anexo ao presente edital.

4. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139, e seu parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

I – a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, 24 (vinte e quatro) horas antes do sorteio do ponto, sendo permitido exigir-se dos candidatos a realização de outras atividades nesse período;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

IV – durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos;

V – as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

VI – a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VII – cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da comissão julgadora;

VIII – serão considerados habilitados para a segunda fase os candidatos que obtiverem, da maioria dos membros da comissão julgadora, nota mínima sete;

IX – a comissão julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos.

5. Ao término da apreciação da prova escrita, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, observada a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 12 deste Edital.
6. Participarão da segunda fase somente os candidatos aprovados na primeira fase.
7. O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

Parágrafo único – No julgamento do memorial, a comissão apreciará:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV – atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

V - diplomas e outras dignidades universitárias.

8. A prova didática será pública, com a duração mínima de quarenta e máxima de sessenta minutos, e versará sobre o programa da área de conhecimento acima mencionada, nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP.

I – a comissão julgadora, com base no programa do concurso, organizará uma lista de dez pontos, da qual os candidatos tomarão conhecimento imediatamente antes do sorteio do ponto;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – a realização da prova far-se-á 24 (vinte e quatro) horas após o sorteio do ponto as quais serão de livre disposição do candidato, não se exigindo dele nesse período a realização de outras atividades;

IV – o candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário;

V – se o número de candidatos o exigir, eles serão divididos em grupos de, no máximo, três, observada a ordem de inscrição, para fins de sorteio e realização da prova;

VI – quando atingido o 60º (sexagésimo) minuto de prova, a Comissão Julgadora deverá interromper o candidato;

VII – se a exposição do candidato encerrar-se aquém do 40º minuto de prova, deverão os examinadores conferir nota zero ao candidato na respectiva prova.

VIII - Para a prova didática o candidato poderá usar o material didático que julgar necessário e ter em mãos e consultar notas resumidas ou esquemas de aula, devidamente conferidos pela banca examinadora, sendo vedada a leitura de texto integral, salvo de citações, sob pena de redução da avaliação do conteúdo da aula.

IX - O candidato não poderá assistir às provas didáticas dos concorrentes, permitindo-se a realização de gravação para posterior conferência.

9. Na arguição do projeto de pesquisa, a ser entregue no ato da inscrição, em 6 (seis) vias físicas deverão ser considerados:

I – a consistência científica e a clareza do projeto;

II – o seu enquadramento às áreas de atuação do Departamento, indicadas no programa do concurso;

III – a sua originalidade e viabilidade à luz da infraestrutura existente na unidade;

IV – o domínio do candidato em relação às questões propostas.

10. Ao término da apreciação das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final que será a média ponderada das notas por ele conferidas nas duas fases, observados os pesos mencionados no item 3 e a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste edital.

11. As notas das provas poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.

12. Aplicar-se-á pontuação diferenciada aos candidatos pretos, pardos e indígenas, nos termos ora especificados.

§ 1º - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

$$PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI$$

Onde:

- PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

- MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados, ou seja, os que não atingiram a pontuação mínima referida nos itens 4 e 13 do presente Edital. Entende-se por “ampla concorrência” todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

- MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

§ 2º - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do concurso público é:

$$\text{NFCPPI} = (1 + \text{PD}) * \text{NSCPPI}$$

Onde:

- NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público, limitada à nota máxima prevista em edital. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.
- NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

§ 3º - Os cálculos a que se referem os §§ 1º e 2º deste item devem considerar duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

§ 4º - A pontuação diferenciada (PD) prevista neste item aplica-se a todos os beneficiários habilitados, ou seja, aos que tenham atingido o desempenho mínimo estabelecido no edital do certame, considerada, para este último fim, a nota simples.

§ 5º - Na inexistência de candidatos beneficiários da pontuação diferenciada entre os habilitados, não será calculada a pontuação diferenciada.

§ 6º - A pontuação diferenciada não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

13. O resultado do concurso será proclamado pela comissão julgadora imediatamente após seu término, em sessão pública.
14. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.
15. A indicação dos candidatos será feita por examinador, segundo as notas por ele conferidas.
16. Em caso de empate será aplicado o disposto no art. 146 do Regimento Geral da USP.
17. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver o maior número de indicações da comissão julgadora.
18. A posse do candidato indicado ficará sujeita à aprovação em exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, nos termos do Artigo 47, VI, da Lei nº 10.261/68.
19. A nomeação do docente aprovado no concurso assim como as demais providências decorrentes serão regidas pelos termos da Resolução nº 7271 de 2016.
20. O docente em RDIDP deverá manter vínculo empregatício exclusivo com a USP, nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.

21. O concurso terá validade imediata e será proposto para nomeação somente o candidato indicado para o cargo posto em concurso.
22. O candidato será convocado para posse pelo Diário Oficial do Estado.
23. Maiores informações, bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados na Assistência Técnica Acadêmica da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo São Francisco, 95 – 1º andar - Centro – SP, ou, preferencialmente, por email, no seguinte endereço eletrônico: atacfd@usp.br

JUSTIFICATIVA PARA CONCESSÃO DO CLARO DOCENTE

Objetivo Geral da Contratação do Docente

2. – Plano Individualizado de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

Em linha com seu projeto acadêmico, o DCO desempenha vasta atividade em cada um dos pilares do tripé universitário. Ademais, o DCO compreende a necessidade de ampliar o oferecimento de disciplinas optativas na Graduação da FDUSP, em especial no período noturno, em atenção às exigências do atual Projeto Político-Pedagógico e às recomendações da Comissão de Graduação.

A vaga correspondente ao claro aberto para reposição era ocupada por docente (Prof. Titular Newton De Lucca) que se dedicava, sobretudo, a estudo de temas envolvendo direito do consumidor, contratos eletrônicos, meios de pagamento e direito do espaço virtual – áreas essas que continuam a ter impacto relevante e não devem ser abandonadas na reposição de professor, embora possam e devam ser objeto de análises sempre atualizadas e aderentes à realidade econômico-social presente. Diante disso, espera-se que o novo docente mantenha o foco nessa linha de atuação, sem prejuízo das demais disciplinas obrigatórias do DCO.

PLANO INDIVIDUALIZADO

Ensino - Metas (descrever atividades, indicadores e prazos)

Ensino: (i) linha geral: o docente deverá estar capacitado para atender a necessidade de oferecimento das várias disciplinas obrigatórias, que são numerosas no DCO, e oferecer disciplinas optativas, especialmente no período noturno; e (ii) linhas específicas: sem prejuízo da possibilidade de atuação nas várias disciplinas do DCO para atender as demandas acadêmicas regulares, o docente a ser contratado deverá auxiliar o DCO na reposição do oferecimento de disciplinas aderentes às linhas de pesquisas constantes do projeto acadêmico do departamento, em especial nas áreas que envolvam "direito do consumidor", "direito do espaço virtual" e "novos meios de pagamento (títulos de crédito e novos instrumentos e arranjos de pagamento)". Observadas essas diretrizes, a atuação do docente em ensino compreenderá a:

- Condução anual de ao menos 4 disciplinas/turmas, sejam obrigatórias ou optativas, entre as quais figurarão as disciplinas ofertadas pelo DCO em outras unidades da USP (FEA/SP e FEA/Ribeirão Preto);
- Criação e oferecimento de novas disciplinas optativas para ampliar a oferta do DCO na atual grade do bacharelado, aderentes às linhas específicas referidas;
- Condução de ao menos 1 disciplina na pós-graduação, assim que o novo docente atingir os requisitos da CPG para ingressar no programa;

Pesquisa e Inovação - Metas (descrever atividades, indicadores e prazos)

- Publicação periódica de trabalhos em revistas indexadas, ou livros, nacionais e estrangeiros;
- Apresentação de trabalhos em congressos e seminários nacionais e internacionais;
- Coordenação de grupo de pesquisa, com especial atenção para colaborações com pesquisadores de outras universidades, em especial do exterior, com foco em temas próprios das linhas específicas acima referidas; e

Cultura e Extensão - Metas (descrever atividades, indicadores e prazos)

Extensão:

- Criação de cursos de extensão aderentes às linhas específicas de atuação acima referidas; e
- Coordenação de ao menos 1 grupo de extensão dentro das linhas específicas de atuação acima referidas. Mediante a implementação das atividades listadas, os seguintes impactos podem ser previstos:

(i) curto prazo: atendimento das demandas de incremento do oferecimento de disciplinas optativas, especialmente no período noturno, e cumprimento da grade obrigatória de disciplinas do DCO;

(ii) médio prazo: em ensino e extensão, ampliação e amadurecimento das reflexões acerca das linhas que compõem o projeto acadêmico do DCO, em especial aquelas afeitas a "direito do consumidor", "direito do espaço virtual" e "novos meios de pagamento (títulos de crédito e novos instrumentos e arranjos de pagamento)"; e (iii) longo prazo: estabilização de grupo de pesquisa ligado ao DCO como centro e referência em temas de direito empresarial e direito e inovação nas áreas aqui apontadas.

IMPACTO ESPERADO COM A CONTRATAÇÃO

Curto, médio e longo prazos Indicar as partes interessadas pelo impacto, tais como formação de recursos humanos, relação com a sociedade, impacto tecnológico, nucleação de novas áreas de pesquisa e novas ideias, etc.

O plano individualizado ora apresentado encontra-se em plena consonância com o projeto do DCO, que realça a relevância do pensamento crítico, especialmente essencial para pensar os desafios trazidos pelas mudanças tecnológicas e seus impactos na sociedade, a necessidade de reconhecer na empresa e em seu regimento perspectiva atenta ao interesse público, e o propósito de contribuir para o debate público sobre as questões afeitas ao direito comercial. Não há como pensar o direito comercial sem a ele integrar a complexidade alargada dos fenômenos hodiernos, que exigem arranjos institucionais, organizacionais e contratuais adequados para, de um lado, atender as necessidades do mercado no que diz respeito às operações de crédito e os arranjos de pagamento no contexto trazido por novas tecnologias e, de outro, preservar a higidez desse próprio mercado e os direitos dos consumidores nele envolvidos.